

PROJETO CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2023

SUPERIOR COMPLETO – MANHÃ

CARGO: 302

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta aos recursos interpostos em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 3

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “D”, mas sem fundamentação normativa. A palavra “gravar” foi empregada na frase com sentido literal. Uma vez que o termo possui o sentido de fixar ou guardar na memória, construção já consagrada no uso da língua, independentemente do objeto referido, o termo em tela não possui nenhuma sugestão metafórica.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 5

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “D”, mas sem fundamentação normativa. A alternativa em tela apresenta uma frase que utiliza crase antes do pronome pessoal “ela”. Este emprego da crase é inadequado, pois não se utiliza este recurso referindo-se a pronomes pessoais, inadequação que é defendida por todos os gramáticos de nossa língua. E isto porque a crase pressupõe a existência do artigo feminino “a” – além da preposição “a” –, sendo dispensável seu uso diante dos pronomes pessoais, incluindo “ele”.

A alternativa “C”, por sua vez, satisfaz as exigências da norma. E isto porque a norma recomenda o emprego da crase em locuções prepositivas, a exemplo de “quanto à”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 6

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto das alternativas “A” e “C”, mas sem fundamentação normativa.

A alternativa “A” é incorreta, pois o pronome “lhes” não substitui o complemento “as chuvas” já que este é um objeto direto. A alternativa “B” também não satisfaz o exigido pelo enunciado, pelos mesmos argumentos apresentados em “A”. A alternativa “C” é incorreta, pois o pronome “las” não pode substituir o complemento “de conhecimento”, pois este opera como um objeto indireto. Além do que a alternativa apresenta um problema de concordância, já que “las” é pronome oblíquo feminino e pluralizado. “De conhecimento” é complemento masculino e singular.

A alternativa “D” é a única correta, visto que satisfaz o exigido pelo enunciado, já que “as mais eficazes” é complemento que opera como objeto direto. Neste caso, seu substituto natural é o pronome “nas”, pois ele desempenha a função de objeto direto do verbo nasalado “são”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 7

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “C” e “D”, mas sem fundamentação normativa.

A alternativa “C” é incorreta, pois o termo “inseparável” é regido pela preposição “de” e não por “a”. A alternativa “D” é incorreta, pois o termo “possível” é regido pelas preposições “a” e “de”, e não pela preposição “em”.

A única alternativa correta é a “B”, pois o termo “domínio” é regido pela preposição “de”. O termo “usual” é regido pela preposição “a”. E o termo “adequada” também é regido pela preposição “a”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 9

O recurso é improcedente, pois o candidato argumenta pelo acerto da alternativa “D”, mas sem fundamentação normativa. Quando o sujeito de uma frase for verbal, a concordância se dá a partir do verbo e do complemento. Como o verbo está no singular (é), seu complemento “uma forma” também está no singular, conforme exige a norma. Este é um caso de concordância obrigatório e não facultativo.

A única alternativa correta é a “B”, pois a construção “uma porção” pode, de acordo com a norma, concordar tanto com ela quanto com o seu núcleo (estudiosos). Neste caso, a norma prevê a concordância facultativa.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

O recurso é improcedente, pois a proposição $(P \rightarrow \neg Q)$ possui FF ---- V, FV ---- V, VF ---- V e VV ---- F. O mesmo ocorre para a proposição $\neg(P \wedge Q)$.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 12

O recurso é procedente, visto que com Eduardo fixo na extremidade esquerda, restam 5 pessoas para serem arranjadas. Como Ana e Bruno devem ficar juntos, eles são tratados como um único bloco, resultando em 4 blocos a serem organizados. O número de maneiras de arranjar esses blocos é dado por $4!$, ou seja, $4 \times 3 \times 2 \times 1 = 24$.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 12, alterando o seu gabarito de "C" para "B".

Questão 13

O recurso é improcedente, pois se a rosa vermelha deve ser sempre incluída no buquê, então restam escolher 2 tipos de flores entre os outros 14 tipos disponíveis (pois um dos 15 tipos de flores já está fixo). O número de maneiras de escolher 2 flores entre as 14 restantes é dado pela fórmula de combinação:

$$C(14,2) = 14! / (2!(14-2)!) = 91$$

O número de maneiras diferentes de montar os buquês é 91.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 15

O recurso é improcedente, pois considerando o total de estudantes 300, sendo 50 não matriculados em nenhuma disciplina. Desta forma, 250 estudantes estão matriculados em pelo menos uma disciplina. Desta forma, a probabilidade de um estudante selecionado ao acaso estar matriculado em pelo menos uma dessas disciplinas é a razão entre o número de estudantes matriculados em pelo menos uma dessas disciplinas (250) e o total de estudantes (300): $5/6$ ou aproximadamente 83,33%.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 16

O recurso é improcedente, pois deve-se notar os ciclos de três, sendo o primeiro número sempre multiplicado por 3, o segundo multiplicado por 2 e o terceiro somado 1. Desta forma os três próximos números serão: 18×3 , 4×2 e $6 + 1$, que somados darão 69.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 17

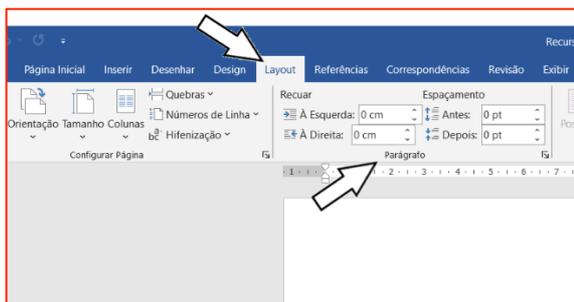
O recurso é improcedente, pois a sentença original é uma conjunção: "Estudo e preciso descansar" (representada como $E \wedge P$, onde E significa "Estudo" e P significa "Preciso descansar"). A negação de $E \wedge P$ é dada por $\neg E \vee \neg P$, ou seja, "Não estudo ou não preciso descansar". Portanto, a única alternativa correta é a "A".

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 19

O recurso é improcedente, pois, apesar de existir um grupo “Parágrafo” pertencente à guia “Página Inicial” no MS Word 2019, a questão solicitou que o candidato observasse a imagem para responder à questão. O grupo “Parágrafo” apresentado na imagem, pertencente à guia “Layout”, é otimizado por padrão para apresentar apenas as configurações “Recuar” e “Espaçamento”, como pode ser observado na imagem abaixo. Portanto, a questão está mantida.



Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 20

O recurso é procedente, a questão deverá ser anulada e atribuído ponto a todos os candidatos presentes à aplicação da Prova Objetiva.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 20, anulando-a.

Questão 21

O recurso é improcedente, pois o candidato organizou erroneamente os valores das células. Segue abaixo a resolução correta de acordo com o critério definido na fórmula =MÉDIASE(A1:C4;"<=7,5")

	A	B	C	D
1	5	1	6	
2	8	9	1	
3	9	9	1	
4	1	6	8	
5				

Portanto, $5 + 1 + 6 + 1 + 1 + 1 + 6 = 21$, logo: $21/7 = 3$.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 22

O recurso é improcedente, pois o candidato considerou erroneamente a célula D3 na fórmula, porém a fórmula solicitou especificamente as células dentro do intervalo A1 a C4, o que não abrange a célula D3, conforme pode ser conferido na tabela abaixo.



	A	B	C	D	E
1	70	70	57	56	
2	45	90	63	68	
3	52	54	66	82	
4	90	74	71	68	
5					

Logo, o número de valores dentro do intervalo A1:C4 maiores do que 70, equivale a 4.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E INTERNA

Questão 25

O recurso é improcedente, pois as afirmações do candidato fariam sentido se o enunciado não sugerisse, pelo uso do plural (“São comissões permanentes”) que haveria mais de uma comissão expressa na alternativa correta. Além disso, o desfazimento da suposta ambiguidade seria perfeitamente possível a partir do conhecimento da lei, exigido para o certame. A questão será mantida.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 26

O recurso é improcedente, pois o enunciado exige inteligência do Regimento Interno da Câmara, o que exclui, para efeitos de avaliação, qualquer outro, é expresso ao mencionar que a proibição está condicionada ao tempo da posse do vereador. Todas as demais alternativas são vedações condicionadas à prévia diplomação, ou seja, não proibidas até o momento da posse. A alternativa (D), considerada correta, é a transcrição literal da proibição contida no artigo 74, inciso II, alínea “d” do Regimento, ao passo que as demais, (A), (B) e (C), são as proibições contidas no artigo 74, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”, respectivamente, e, sendo relativas à diplomação, e não à posse, estão todas incorretas.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 27

O recurso é improcedente, pois a alternativa considerada correta reproduz fielmente a regra referente às férias contida no artigo 104, § 4º, do Estatuto dos Servidores Municipais, que segue abaixo para cotejo:

<<https://www.legislacaodigital.com.br/Cubatão-SP/LeisOrdinarias/325>>

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 28

O recurso é improcedente, pois a resolução das questões legais deve observar “**estritamente**” as regras previstas em lei, se o enunciado assim o exigir. A alternativa que afirma que, independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de primeiro de fevereiro a primeiro de dezembro está “**incorreta**”, pois o artigo 40 da Lei Orgânica Municipal (LOM) afirma que o período se estende de 1º de fevereiro a 15 de dezembro. A alternativa que afirma que a sessão legislativa que não aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias será interrompida, e a votação constará como prioridade da ordem do dia da sessão seguinte, e deverá ser deliberada antes do início de qualquer outra pauta está “**incorreta**”, pois o § 2º do artigo 40 da LOM afirma justamente o contrário, que “**a sessão não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias**”, e qualquer interpretação diferente desta trata-se de um ato de má-fé. A afirmação de que as sessões da Câmara serão, sem exceção, públicas está “**incorreta**”, pois o artigo 41 prevê a hipótese de sessões fechadas. A única alternativa correta é a “D”, que afirma que “as sessões só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara”, pois é a reprodução fiel do artigo 42 da LOM.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 29

O recurso é improcedente, pois a resolução das questões legais deve observar “**estritamente**” as regras previstas em lei, se o enunciado assim o exigir. A alternativa que afirma que o estágio probatório é o período de três anos de exercício do funcionário, durante o qual é apurada a conveniência ou não de sua confirmação está “**incorreta**”, pois contraria o caput do artigo 15, que determina o período do estágio em dias, o que é relevante para o universo jurídico, além de esse período não coincidir com o período de três anos, mas sim o de dois, desconsiderando anos bissextos. A alternativa que afirma que a conclusão do estágio não importará efetivação automática do funcionário está “**incorreta**”, pois é totalmente contrária ao que afirma o artigo 16 do Regimento. Ignorar tal regra é um ato de má-fé. A alternativa que afirma que o funcionário ocupante de cargo isolado ou de carreira, poderá ser nomeado interinamente para outro cargo de provimento efetivo está “**incorreta**”, pois o artigo 18 do Regimento assevera o absoluto contrário. A única alternativa correta é a “A”, pois respeita perfeitamente o artigo 13, caput, e inciso V do Regimento, segundo o qual:

“Art. 13. A nomeação será feita:

(...)

V - em substituição, para cargo isolado, e funcionário afastado legal e temporariamente.”

(<<https://www.legislacaodigital.com.br/Cubatão-SP/LeisOrdinarias/325>>)

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 32

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa correta indicada pelo gabarito. O que está descrito na alternativa “A” remete aos valores estratégicos enquanto os valores elementares são aqueles que ultrapassam as fronteiras culturais e que de modo geral tem o fundamento na religião, no amor, na liberdade, na justiça. São valores que podem ser compartilhados por povos de cultura muito diferentes. São de alto significado qualitativo e não se discutem. Complementando, os elementos da cultura organizacional são: valores, crenças, ritos, rituais e cerimônias, histórias, mitos, lendas e sagas dentre outros.

Fonte: DIAS, Reinaldo. Cultura organizacional: construção, consolidação e mudança. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 33

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa correta indicada pelo gabarito, bem como foi elaborada com base no conteúdo programático estabelecido pelo edital e considerando critérios técnicos em sua elaboração.

Como o Edital cita escola humanista da administração sem que estivesse estabelecido o que de fato acerca do assunto, toda e qualquer consideração acerca da escola é válida e pertinente sendo requerido do candidato o conhecimento de tal escola em todas suas vertentes. Partindo deste ponto, a banca optou por elaborar uma questão acerca das razões para o surgimento de tal escola e, neste sentido, a questão combinou críticas às escolas anteriores que não mais representavam a realidade bem como a incorporação das necessidades humanas nos processos administrativos e o reconhecimento do homem como pertencente ao processo.

A proposição I está incorreta por afirmar que as críticas à escola clássica são provenientes tanto da sociologia quanto da filosofia enquanto as críticas surgiram da sociologia (Chester Barnard) e da psicologia industrial (Mary Parker Follet e Elton Mayo).

Como a proposição II está correta conforme o gabarito e reconhecida como correta pelo candidato, não teceremos comentários.

O que torna a proposição III incorreta é o fato de apresentar a causa-consequência de forma invertida quando o correto é que os estudos da influência do nível motivacional na qualidade da administração estiveram presentes. Os primeiros estudos da motivação também foram realizados por Mary Parker Follett, a partir da análise dos valores individuais e sociais, considerando tanto as organizações, como a comunidade onde as pessoas vivem e, em nada se relaciona com as necessidades de Maslow, conforme apontado.

Ademais, o argumento apresentado pelo candidato quanto à proposição III não se aplica ao explicitado pela proposição. A proposição é clara em afirmar “Evolução dos estudos da influência da qualidade da administração sobre o nível motivacional dos colaboradores. O que a proposição traz: qualidade da administração (causa) influenciando a motivação dos colaboradores (consequência) e isto é válido para as escolas anteriores à das relações humanas pois a escola das relações humanas empreende entendimento contrário, ou seja, da motivação influenciando a qualidade da administração em que a administração responde ao comportamento humano e que, de certa forma, corrobora o explicitado na proposição II.

Quanto à proposição IV, correta, não há qualquer ambiguidade ou falta de objetividade na explicitação da escola das relações humanas pois o comando da questão já a ela se refere. Questão e gabarito mantidos.

Fonte: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 34

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa correta indicada pelo gabarito. A questão foi elaborada com base no conteúdo programático estabelecido pelo edital e considerando critérios técnicos em sua elaboração. Como o edital cita escola do comportamento humano sem que estivesse estabelecido o que de fato acerca do assunto, toda e qualquer consideração acerca da escola é válida e pertinente sendo requerido do candidato o conhecimento de tal escola em todas suas vertentes. Partindo deste ponto, a banca optou por elaborar uma questão com visões gerais acerca de tal escola sem entrar em questões específicas bem como no pensamento de seus principais idealizadores. Quanto às alternativas, vamos aqui às justificativas. A alternativa (A) está incorreta. No entanto, em sua manifestação, primeiramente o candidato afirma textualmente que a análise ali descrita cabe à escola das relações humanas o que de fato é correto e não cabe à escola do comportamento humano o que faz a alternativa estar incorreta. Em segundo momento, em sua manifestação o candidato parece tecer confusão entre o que seja escola das relações humanas e do comportamento humano em que seus princípios e percepções são diferentes. Muitos estudiosos, por dificuldade em estabelecer parâmetros que distinguem as Escolas das Relações Humanas e do Comportamento Humano, acabaram por generalizá-las como behavioristas (do comportamento). Contudo, uma tênue diferença assoma entre os princípios cristalizados pelas duas: enquanto a das Relações Humanas entende que o indivíduo é dotado de sentimentos e percepções, a do Comportamento Humano, além de reconhecer esses aspectos, situa o indivíduo como agente de seu próprio progresso na medida em que o entende como participativo, e não como mero espectador da realidade que o cerca. Na Escola das Relações Humanas, os indivíduos possuem atitudes, valores e objetivos que precisam ser estimulados para que se obtenha deles a eficiência; já na do Comportamento Humano, os indivíduos participam e defendem essa participação como pessoas capazes de tomar decisões e solucionar problemas. Como o candidato reconhece estar incorreta a alternativa (B) como de fato está, não há motivo para explanação. Quando à alternativa (C) não há qualquer imprecisão: novamente em sua argumentação o candidato parece confundir as duas escolas (humanística e comportamental) e acabe por trazer argumentos mais do ponto de vista da humanística quando a questão é sobre a comportamental. A alternativa afirma ser o indivíduo um fenômeno psicológico quando, pela visão da escola, o indivíduo é atuante na organização sendo a autoridade um fenômeno psicológico. Os indivíduos são participativos, agem racionalmente e defendem sua participação nas situações que requeiram alternativas e soluções. A autoridade, aqui, é entendida como a relação entre os chefes e respectivos empregados, amparada na confiança e na possibilidade de prêmios, por um lado, e no receio de decepcionar, por outro. Portanto, alternativa errada. Quanto à alternativa (D) ser a única correta, a justificativa já foi apresentada quando do tratamento da alternativa (A) nesta resposta. Ressalto novamente que a manifestação do candidato se apegua à escola das relações humanas enquanto a questão trata de forma clara acerca da escola do comportamento humano. Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Fonte: RIBEIRO, Antônio de L. Teorias da administração. 3rd ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2016.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 35

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa correta indicada pelo gabarito. A alternativa (A) não está correta, pois David McClelland criou a Teoria das Necessidades, que é também muito semelhante à Hierarquia das Necessidades defendida por Maslow. Segundo McClelland, as necessidades são adquiridas socialmente e podem ser divididas em três necessidades básicas: afiliação, poder e realização. Enquanto Maslow se preocupa com a hierarquia das necessidades, praticamente os mesmos fatores estão presentes na teoria de McClelland em que a intensidade de influência dessas necessidades no comportamento varia situacionalmente. A vivência de cada pessoa é que determinará a tendência dominante em busca da realização de cada uma dessas necessidades. A alternativa (B) está correta, pois a necessidade de realização envolve alcançar metas realistas desafiadoras, assumir riscos moderados, preferir tarefas em que possa ser diretamente responsável pelos resultados, responder positivamente à competição, tomar iniciativas, procurar alcançar sucesso perante uma norma de excelência. Diante o exposto, questão e gabarito mantidos.

Fonte: FERREIRA, Patricia I. Série MBA - Gestão de Pessoas – Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 36

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa correta indicada pelo gabarito. Quanto à alternativa (D), ela está incorreta, pois, conforme a nova lei de licitações e contratos administrativos, os contratos administrativos são regulados por suas cláusulas e pelos preceitos do direito público e a eles são aplicados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado. O próprio candidato em sua manifestação traz este trecho que corresponde àquele previsto em Lei e acabou por não observar que no texto da alternativa há termos trocados. Portanto, o próprio candidato justifica estar incorreta a alternativa. Quanto à alternativa (A), única correta, o candidato traz que “vinculados à contratação” seja uma exigência, pois bem: trazendo o texto da alternativa, vejamos que “a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários”. No texto, ao trazer “desde comprovada a existência de créditos orçamentários” já está como sinônimo ou condição de “vinculados à contratação”. Se assim figurasse na alternativa, o que não implicaria em ainda continuar correta, traria redundância. Quanto à alternativa (B) o candidato a reconhece como incorreta bem como com a alternativa (C). Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 38

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta, bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. Os fatores satisficentes ou motivacionais são aqueles que provocam a satisfação com o cargo. Podem ser relacionados às necessidades mais elevadas da Hierarquia das Necessidades estabelecida por Maslow. Como exemplo, podemos citar o reconhecimento pela realização do trabalho, a responsabilidade pela execução do trabalho, a possibilidade de crescimento e o conteúdo do trabalho em si. Quando esses fatores estão presentes, geram melhoria no desempenho e diminuem a rotatividade (turnover) no trabalho e o absenteísmo. Os meios práticos de proporcionar ou incentivar os fatores satisficentes incluem: delegação de responsabilidade, promoção, uso pleno das habilidades, estabelecimento de objetivos e realização de avaliações periódicas, simplificação do cargo

(pelo próprio ocupante) e ampliação ou enriquecimento do cargo (horizontal ou verticalmente). Questão e gabarito mantidos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 39

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. O que explicita o texto da alternativa (B) remete aos estudos da teoria transacional e não à teoria transformacional conforme sugere o candidato. Diante do exposto, questão e alternativa mantidos.

Fonte: FIGUEIREDO, Jayr. Liderança: Uma Questão de Competência. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 40

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. A questão trata de funções da cultura organizacional que, do ponto de vista da integração, são duas: a normativa e a moral sendo que o comando da questão solicita atenção à normativa. O trazido pelo texto da alternativa (C) se refere à função moral. Como função moral, a cultura organizacional opera a integração e a coesão com base nos valores organizacionais, orienta os membros a seguirem uma ética correspondente aos princípios estabelecidos pela organização, tem uma base mais emocional associada à identificação da ação com os valores morais assumidos pelo grupo. Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Fonte: DIAS, Reinaldo. Cultura organizacional: construção, consolidação e mudança. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 41

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. Em sua manifestação, o candidato se utiliza de juízo de valor quanto à alternativa (A) por afirmar que os projetos não são totalmente independentes. Cada projeto é único mesmo que vinculado a outro, pois cada um deles têm entregas diferentes em termos de objetivos. Como a questão do tempo é um aspecto importante a ser observado no projeto pois, de outra forma, assim não seria, como há entregas a serem realizadas, o tempo é limitado mesmo para projetos de curta duração como os de média e longa, o que torna a alternativa (B) incorreta. Seus propósitos são bem definidos e específicos pois, do contrário, não haveria razão de sua existência o que torna a alternativa (C) incorreta. Não se pode afirmar que os projetos têm apenas recursos humanos quando tem recursos próprios inclusive sendo uma área específica na gestão de projetos, a gestão de recursos. Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Fonte: KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique F. Gestão de Projetos 4ED. 4th ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 42

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. Toda decisão para ser tomada deve levar em consideração alguns elementos, são eles, o tomador de decisão, os objetivos, as preferências, a estratégia, a situação e o resultado. O comando da questão solicita atenção a uma delas sendo o ali descrito condizente com as preferências, alternativa (C), única correta. A estratégia se refere ao curso de ação que o tomador de decisão escolhe para melhor atingir seus objetivos. O curso de ação é o caminho escolhido, e depende dos recursos de que pode dispor e da maneira como percebe a situação. Os objetivos são os objetivos que o tomador de decisão pretende alcançar com suas ações. A situação são os aspectos do ambiente que envolve o tomador de decisão, muitos deles fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afetam sua escolha. Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional – A Dinâmica do Sucesso das Organizações. 4th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 44

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. O candidato manifesta ter esta banca elaborado questão e apontado alternativa correta com base em algo não mais exigido ou extinto em que cita o Manual de Redação da Presidência da República. No entanto, como o assunto figurou no Edital era passível de verificação por parte da banca, o que de fato ocorreu. Se o candidato não concorda como o assunto memorando como extinto, deveria contestar o Edital e não a questão. Diante do exposto, questão e alternativa mantidos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 47

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. A alternativa (C) está incorreta por informar que o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências são previstos no Quadro Demonstrativo da Receita e da Despesa quando deve ser no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital. O disposto na alternativa (D), correta está explícito no artigo 23 da Lei n.º 4.320/1964. Questão e gabarito mantidos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 48

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. A proposição I está incorreta pois afirmou ser a LDO lei ordinária de natureza imanente quando tem natureza transitória. O apresentado pela proposição IV remete à LOA e não à LDO, objeto da questão. A proposição II está correta pois afirmar ter a Lei rito especial é o mesmo que procedimento previsto por Lei com regras e prazos específicos.

Ademais, não há qualquer ambiguidade, falta de clareza ou objetividade na questão, uma vez que é clara em seu enunciado, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

Questão 49

O recurso é improcedente, pois a questão está correta na forma como se apresenta bem como a única alternativa indicada como correta pelo gabarito. A primeira proposição está incorreta por afirmar que a LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão administrativa quando o correto é gestão fiscal. A terceira proposição é falsa por afirmar que incluídas na lei orçamentária, as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo excetuando os destinados a benefícios e assistência dos servidores serão integradas às despesas da União quando o correto é incluindo os destinados a benefícios e assistência dos servidores serão integradas às despesas da União. A última proposição está incorreta. O presidente da República deve submeter ao Senado Federal e não ao Congresso Nacional conforme constou. Diante do exposto, questão e gabarito mantidos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social